

A CONSTRUÇÃO DA SEXUALIDADE FEMININA EM *HISTÓRIAS DO RIO NEGRO* E *VELAS. POR QUEM?*

Thais Maia dos Santos (UEA)

Orientador: Prof. Dr. Allison Leão

RESUMO: Neste artigo, analisaremos os contos “Das Dores” e “Giselle”, de Vera do Val, e “Velas. Por quem?”, de Maria Lúcia Medeiros, presentes nos livros *Histórias do Rio Negro* e *Velas. Por quem?*, respectivamente, tendo como objetivo verificar como ocorre a representação da identidade e da sexualidade feminina. Usaremos como embasamento teórico fundamental o livro *O Segundo Sexo*, da autora feminista Simone de Beauvoir e *A dialética do sexo*, de Shulamith Firestone, que buscam esclarecer os mitos sobre o feminino, sobre seus direitos e lutas históricas e os textos *Crítica Feminina* e *Literatura de autoria feminina*, de Lúcia Osana Zolin, que discutem os problemas sobre a autoria e visibilidade feminina.

Palavras-chave: Gênero; Feminismo; Contos Amazônicos; Vera do Val; Maria Lúcia Medeiros.

INTRODUÇÃO

A literatura, ao mesmo tempo em que estimula a reflexão sobre a realidade, oferece respostas sobre as inquietações humanas através de suas representações simbólicas. Por meio de textos literários, entramos em contato com nossa história e temos chance de compreender o nosso presente e a evolução da nossa sociedade, refletindo, criticando e proporcionando a reflexão sobre a própria identidade e sobre a condição humana.

Ao longo dos séculos, sexo e sexualidade foram tratados de formas diferentes, variando de acordo com a época, tendo sido a posição da mulher um ponto fulcral nessa dinâmica, assim como a condição feminina. Lúcia Zolin (2005) descreve papel da mulher como “o da mulher sedutora, perigosa e imoral, o da mulher como megera, o da mulher indefesa e incapaz e, entre outros, o da mulher como anjo capaz de se sacrificar pelos que a cercam”. A mulher fora vista como submissa, alienada e muitas vezes imatura, como um sexo frágil e sem capacidade intelectual, figurando muitas vezes como passiva e secundária, não protagonizando histórias, sem autonomia e à mercê das vontades masculinas.

As manifestações artísticas quase sempre representaram a figura feminina e sua sexualidade por meio do pensamento masculino, dominador das relações de gênero por muito tempo, sendo a mulher sexualmente ativa representada como pecadora e a mulher que ainda não havia mantido relações sexuais como angelical, sempre havendo o contraste entre as duas representações.

Desse modo, a literatura contemporânea, fundamentalmente a de autoria feminina, busca problematizar essa questão e preconizar não só as novas formas de representatividade da sexualidade feminina, mas também dar vez e voz a uma classe que permaneceu marginalizada e sem direitos por vários séculos.

Dentre as várias vozes autorais femininas, propomo-nos a analisar os contos *Das Dores e Giselle*, de Vera do Val, e *Velas. Por quem?*, de Maria Lúcia Medeiros, presentes nos livros *Histórias do Rio Negro* e *Velas. Por quem?* respectivamente, tendo como objetivo verificar como ocorre a construção da identidade das personagens femininas e de sua sexualidade. Para isso, usaremos como embasamento teórico fundamental o livro *O Segundo Sexo*, da autora feminista Simone de Beauvoir e *A dialética do sexo*, de Shulamith Firestone, que buscam esclarecer os mitos sobre o feminino, sobre seus direitos e lutas históricas e os textos *Crítica Feminina e Literatura de autoria feminina*, de Lúcia Osana Zolin, que discutem os problemas sobre a autoria e visibilidade feminina.

1. A opressão feminina na sociedade

Durante séculos perpetuou-se a ideia do feminino como “frágil”, regido pelos sentimentos e emoções, enquanto fazia-se acreditar que o masculino seria o elemento forte e racional. As diferenças biológicas entre os sexos são um fato que fez com que a mulher permanecesse à margem da sociedade, submissa ao homem, seja ele pai ou marido, como uma figura inteiramente destinada à procriação e aos serviços domésticos, uma vez que foram os homens, na maioria das vezes, que escreveram a história e as leis, forjando-as para a eternização da submissão das mulheres, excluindo a participação feminina ou colocando-a em situação de obediência, forçando-a a uma condição social.

A evocação das fraquezas femininas é constantemente realizada para justificar a sua condição, falta de direitos ou de posição dentro da sociedade. Os homens que não enxergam a

mulher, em certo sentido, como igual, mas sim como rival, acentuam as suas fragilidades, os fatores biológicos que os diferem, suas características físicas e limitações que isso implica, hostilizando-as. Os antifeministas recorrem constantemente à biologia, à religião, à história, à filosofia e à psicologia para apoiarem suas “teorias” de inferioridade feminina, como expõe Simone de Beauvoir (1970):

É impressionante, por exemplo, que o código romano, a fim de restringir os direitos das mulheres, invoque ‘a imbecilidade, a fragilidade do sexo’ no momento em que, pelo enfraquecimento da família, ela se torna um perigo para os herdeiros masculinos. É impressionante que no século XVI, a fim de manter a mulher casada sob tutela, apele-se para a autoridade de Santo Agostinho, declarando que ‘a mulher é um animal que não é nem firme e nem estável.’ (BEAUVOIR, 1970, p. 16).

O “ser mulher” é encarado, do ponto de vista masculino, como ser não pensante. Mesmo com o passar dos anos e com atribuições de leis que defendem os direitos femininos, a mulher ainda é julgada sob o ponto de vista biológico: um ser com útero, reprodutora, uma matriz eternizadora da humanidade, dando continuação ao imaginário de que a sociedade divide-se em duas categorias, formando relações dualistas em que a mulher é sempre posta como o outro, mesmo os dois seres sendo necessários um ao outro para haver a relação, sendo esse o caráter essencial do patriarcado.

Não existe uma relação natural entre o nome *mulher* e o ser feminino, sendo a denominação um caráter arbitrário, uma convenção reconhecida socialmente, havendo a desvinculação entre a realidade e o seu significado. O homem não precisa se afirmar como homem, pois é evidente que o seja, já a mulher necessita se afirmar como mulher, uma vez que o termo homem passou a significar os seres do sexo masculino e os seres humanos em sua totalidade, enquanto o termo mulher designa um ser do sexo feminino, provida de útero, infantil e desprovida de capacidade intelectual.

O homem representa a um tempo o positivo e o neutro, a ponto de dizermos ‘os homens’ para designar os seres humanos, tendo-se assimilado o sentido singular do vocábulo *vir* e o sentido geral da palavra *homo*. A mulher aparece como negativo, de modo que toda determinação lhe é imputada como limitação, sem reciprocidade. (BEAUVOIR, 1970, p. 9).

Historicamente, os oprimidos possuem um passado, uma tradição, uma religião própria e uma cultura. É o caso de judeus, asiáticos, negros e índios. Já no caso da mulher, sua condição de opressão e inferioridade perante o outro sexo é definida apenas biologicamente, sendo reforçada por uma história falsa escrita por homens. A incapacidade de trabalho, gerência e ascensão social e econômica impostos à mulher são justificados pelos homens a partir do ponto de vista da procriação e das necessidades domésticas existentes, tendo em vista a incapacidade de ocupar um posto de trabalho e gerenciar as tarefas domésticas ao mesmo tempo.

A não autonomia feminina se dá pelo fato delas não se colocarem como sujeitos. Ao referir-se ao sexo feminino, a mulher não diz “nós mulheres”, mas sim “as mulheres”, excluindo a si própria de sua alteridade. É a condição social e financeira que liga uma mulher a outra mulher, e não o fato de serem mulheres, diferente dos homens, que são ligados uns aos outros apenas por serem do mesmo sexo, sendo as demais características apenas reforçadoras dessa ligação.

Os homens esperam que as mulheres mantenham o caráter de submissão e alienação perante eles, de forma que qualquer mulher que se opõe a isso passa a ser taxada de imoral e deixa de ser classificada como mulher. A situação de opressão às mulheres dá-se pela ameaça da perda de autoridade, de cargos e de oportunidades masculinas. Segundo Simone de Beauvoir (1970), uma das vantagens que a opressão assegura aos opressores é destes se sentirem superiores, independente da posição social que ocupam, podendo, mesmo ocupando um dos lugares mais baixos na sociedade, orgulharem-se de ser homem e não mulher.

1.1 A cultura do patriarcado e as lutas por igualdade

A história de submissão da mulher em relação ao homem e os limites de sua capacidade são fatores de extrema importância para a compreensão de sua opressão e condição social, assim como a de supremacia masculina nas relações dualísticas. Para Simone de Beauvoir (1970), os dois principais traços característicos da mulher são domínio de mundo menos extenso e a submissão à espécie. Quando se tratava de manusear grandes armas ou de abater predadores selvagens, a inferioridade física da mulher ficava evidente. Esse fato, juntamente com a necessidade de procriação para estabilização dos seres humanos, fez com que o homem tomasse a frente dos trabalhos braçais e da caça.

Na Idade da Pedra, quando todos os membros do grupo possuíam direitos comuns sobre a terra, o caráter rude das ferramentas agrícolas limitava as possibilidades de cultivo e as forças de trabalho femininas ficavam limitadas aos jardins. Segundo Beauvoir (1970), essa divisão primitiva já constituía, de certa forma, duas classes, porém com iguais responsabilidades e importância social. Enquanto o trabalho masculino tinha como objetivo gerar alimento, a mulher exercia o trabalho doméstico, que incluía a fabricação de utensílios importantes para a força econômica. Após o descobrimento de metais preciosos foi possível expandir a agricultura, demandando maiores forças de trabalho, tendo como consequência a escravidão e o surgimento das propriedades privadas, o que Simone chama de “*a grande derrota histórica do sexo feminino*” (p. 74), pois com isso o homem passa a dominar as terras, os escravos e as próprias mulheres. É o nascimento da família patriarcal, na qual a mulher é oprimida e o homem reina soberanamente.

Tanto a mulher quanto o proletário são dominados. O desenvolvimento da economia, gerado pelas revoluções industriais e modernizações das máquinas seriam os fatores primordiais para a libertação de ambas as classes, segundo Beauvoir (1970), supondo que, com a evolução dos meios de produção, a técnica passasse a ser mais importante que a força de massa, igualando homens e mulheres em relação à força de trabalho, não havendo mais sexo masculino e feminino, somente trabalhadores.

Contudo, as mulheres continuam sendo oprimidas e tendo seus direitos indeferidos, sendo observadas, ainda, sob o ponto de vista biológico. A autora feminista Shulamith Firestone (1976) defende que o feminismo é a segunda revolução mais importante da história, com o objetivo de derrotar o mais antiquado e rígido dos sistemas de classes baseado em questões sexistas, consolidado ao longo de séculos. Para ela, o feminismo é definido como a luta pela libertação das opressivas estruturas de poder estabelecidas pela natureza e reforçadas pelo homem.

As revoltas femininas contra a opressão eram freadas por fatores como necessidade de reprodução e falta de controle de natalidade. Apenas no século XIX, passada a Revolução Industrial e fortalecidas por fatos como a industrialização contínua, as lutas abolicionistas e a Revolução Americana, os movimentos pelas lutas dos direitos femininos se tornaram visíveis. O Movimento Feminista ameaçava a ordem social por seu radicalismo, atacando duramente a família, a Igreja e o Estado, o que significava atacar os próprios fundamentos sociais e de distinção sexista.

Esse movimento radical foi regido por mulheres que não tinham literalmente nenhum *status* civil diante da lei, que eram declaradas civilmente inúteis depois do casamento, ou que permaneciam legalmente menores se não se casassem; que não podiam assinar testamento nem mesmo ter a custódia de seus próprios filhos depois do divórcio; que não podiam aprender a ler e muito menos eram admitidas na universidade (as mais privilegiadas eram providas de um conhecimento de bordado, pintura chinesa, francês, e da arte do cravo); que não tinham voz política qualquer. (FIRESTONE, 1976. p 27).

As lutas pelos direitos femininos, aliadas à inserção da mulher no mercado de trabalho, contribuindo para a renda familiar, causaram enfraquecimento na cultura patriarcal das sociedades. Os movimentos feministas renderam às mulheres, além de direito a voto, o acesso à educação e às universidades, aprimorando o senso crítico feminino e proporcionando mais visibilidade aos problemas enfrentados pelas mulheres. Apesar disso, a classe feminina continua sendo alvo de opiniões e repressões pré-construídas pelos homens no passado, enquanto eles continuam sendo os protagonistas da história da civilização moderna, tomando posse da maior parte dos cargos públicos de importância e interesse.

1.2 Asexualidade feminina

A relação sexual desempenha um papel considerável na vida humana, sendo nada mais que uma necessidade biológica como expõe Beauvoir (1970), porém o assunto ainda é tratado com preconceito, refletindo as visões patriarcais absorvidas pela cultura.

Enquanto o homem tem sua virilidade medida pelo seu desejo sexual e sua iniciação deve se dar ainda na puberdade, estimulado muitas vezes pela figura paterna, a mulher sofre castração social de seus desejos. O silêncio se faz presente na vida feminina desde a pré-adolescência, quando há as transformações no corpo, sendo consideradas tabu as conversas sobre sexo, além de sofrer repressão sexual pelo medo da dor durante a penetração, pelo medo de engravidar pela imposição social para que ela se mantenha casta e tenha relações apenas com o cônjuge.

Primeiramente não nos restringiremos a considerar a sexualidade um dado: que essa atitude seja limitada é o que demonstra a pobreza das descrições relativas à libido feminina. Já dissemos que jamais os psicanalistas a estudaram de frente, mas tão-somente a partir da libido masculina; parecem ignorar a atração fundamental que o macho exerce sobre a fêmea. Freudianos e adlerianos explicam a angústia experimentada pela mulher ante o sexo masculino como a inversão de um desejo frustrado. Stekel viu melhor que há uma reação original, mas ele a explica de maneira superficial: a mulher teria medo do defloramento, da penetração, da gravidez, da dor e esse medo lhe frearia o desejo. A explicação é por demais racional. Ao invés de admitir que o desejo se disfarça em angústia ou é combatido pelo temor, fora preciso encarar como um dado original essa espécie de apelo a um tempo urgente e amedrontado que é o desejo da fêmea; é a síntese indissolúvel da atração e da repulsa que o caracteriza. (BEAUVOIR, 1970, p. 70).

A Igreja sempre possuiu forte influência sobre a vida sexual feminina durante a história, oprimindo qualquer desejo sexual por considerar que a libertação dos instintos da mulher ameaçaria o equilíbrio social e doméstico da sociedade. Araújo (2002) expõe que a Igreja considerava o homem o ser superior, portanto cabia a ele exercer a autoridade que lhe era dada. Por anos, o sexo foi estritamente ligado à reprodução, e o sentimento de prazer era considerado pecaminoso e imoral.

Nos anos 1960, as lutas feministas mostraram mais força contra as desigualdades que colocavam as mulheres em situação de inferioridade em relação aos homens. Enquanto no resto do mundo as mulheres se uniam pela igualdade de direitos, no Brasil elas se posicionavam também contra a ditadura militar, um regime autoritário que impunha a censura em diversos campos sociais do país, levantando um debate não só pela redemocratização e por melhores condições, mas também sobre a sexualidade e o direito ao prazer.

‘Nosso corpo nos pertence’ era o grande mote, que recuperava, após mais de sessenta anos, as inflamadas discussões que socialistas e anarquistas do início do século XX haviam promovido sobre a sexualidade. O planejamento familiar e o controle da natalidade passam a ser pensados como integrantes das políticas públicas. E a tecnologia anticoncepcional torna-se o grande aliado do feminismo, ao permitir à mulher igualar-se ao homem no que toca à desvinculação entre sexo e maternidade, sexo e amor, sexo e compromisso. (DUARTE, 2003).

As mulheres ganharam mais espaço nas discussões sociais, se tornando objeto de estudo da sociologia, da psicanálise, da história e da antropologia, além de ganhar atenção no modo em que era representada na literatura por sua relação com a crítica e com o público leitor, tendo como princípio básico o respeito e igualdade entre homens e mulheres.

2. A autoria feminina

A literatura, assim como as outras formas de arte, reflete os valores pregados na sociedade em determinado contexto histórico. Dentre os inúmeros temas abordados na literatura estão as representações da mulher e sua evolução, que chamam a atenção por terem sido predominantemente escritas sob a ótica masculina. Zolin (2005) explica que durante toda a história o cânone literário utilizado como exemplo foi constituído por homens brancos e de classe média-alta, padronizando a escrita e excluindo não só os escritos femininos, mas de todos que possuíssem características opostas às do colonizador.

Estudos acerca de textos literários canônicos mostram inquestionáveis correspondências entre sexo e poder: as relações de poder entre casais espelham as relações de poder entre homem e mulher na sociedade em geral; a esfera privada acaba sendo uma extensão da esfera pública. Ambas são construídas sobre os alicerces da política, baseados nas relações de poder (ZOLIN, 2005, p. 162).

O Movimento Feminista impulsionou o questionamento sobre a exclusão das mulheres do campo literário pela crítica feminista, que, observando os princípios de respeito às diferenças, opôs-se à ideologia do cânone patriarcal e promoveu a visibilidade da produção feminina. Segundo Zolin (2005), a crítica feminista também é política, uma vez que trabalhou para interferir na ordem social, voltada ao combate as discriminações de gênero.

A constatação de que a leitura e a escrita provocam experiências diferentes em homens e mulheres resultou em mudanças significativas no campo literário, implicando em mudanças significativas, marcadas pelo rompimento com os paradigmas patriarcais e descoberta de novas possibilidades relacionadas ao feminino, suas produções e representações literárias. Zolin (2005) explica que a crítica feminista, ao tomar um texto literário como instrumento de manutenção de ideologias, busca investigar o modo como o texto marca as diferenças de gênero, visando promover a mudança de posicionamento acerca do feminino, divulgando as

posturas críticas tomadas pelos escritores e escritoras em relação aos preconceitos sociais que têm afetado as mulheres.

Até pouco tempo, a literatura de autoria feminina não integrava o cânone tradicional. Segundo Zolin (2005) a mudança desse cenário ocorre a partir dos movimentos feministas, integrados à crítica feminista. A crítica literária, antes predominantemente masculina, com o advento do Feminismo, passa a ser praticada também por mulheres, que também passam a atuar como escritoras, livres dos temores das ideologias fundamentadas pelos homens.

A escrita feminina no Brasil possui três fases, segundo Elódia Xavier (1998): a fase feminina (1859), a fase feminista (1944) e a fase fêmea ou mulher (1990). A autoria feminina sofreu alterações à medida que o Movimento Feminista consolidava-se. A primeira fase, segundo Zolin (2005), possuía valores ainda patriarcais, internalizando e imitando os padrões vigentes na época; a partir da segunda fase, as autoras começaram a se opor aos padrões existentes, defendendo os direitos das minorias e a terceira fase seria a de autodescobertas, libertação total dos padrões e busca pela própria identidade. A autoria feminina, inicialmente reprodutora de estereótipos patriarcais, passou a questionar as condições dos excluídos e marginalizados, e assim a sua própria condição.

A produção feminina teve o papel de quebrar os paradigmas e ideologias das tradicionais representações canônicas, reestruturando a própria identidade feminina e afastando-a do modelo machista divulgado e imposto pelo sistema patriarcal.

3. A construção da sexualidade feminina em *Histórias do rio Negro e Velas. Por quem?*

A visibilidade proporcionada pela crítica feminista fez com que a mulher também deixasse suas marcas e características no universo literário permeado de cânones masculinos. Através de seus personagens, a autoria feminina objetiva estabelecer questionamentos sobre as posições sociais masculinas e femininas, contestando o papel secundário exercido pela mulher em textos canônicos e subvertendo os valores patriarcais conservadores que marginalizavam e silenciavam a figura feminina, mostrando sua expressividade ao construir diversas identidades para a personagem feminina e reconstruir suas posições sociais.

Em “Das Dores”, da autora Vera do Val, a personagem se caracteriza por sua beleza e por sua sexualidade, representada como uma mulher forte e orgulhosa de sua feminilidade. A

personagem é permeada de adjetivos atribuídos devido ao seu corpo e à sua beleza, chegando a ser rebatizada por um nome que “nascera já na zona, devia à bunda grande; deixará de ser Das Dores, nome de filha de Deus e virara Saúva, nome de filha da puta” (VAL, 2007, p.17). Das Dores exerce sua sexualidade de maneira ampla, tendo o ato sexual como profissão e ocupando posição social apesar disso.

Diziam também que era um vulcão. Qualquer um que deitasse com Saúva tinha que ir preparado, a mulher fazia pelo gosto, o sujeito saía babado e de olhos perdidos.

Era uma puta séria, não dada a gracejos fora de hora. O homem podia ir para a cama com ela, uivar a noite inteira, dia seguinte encontrar a mulher na rua e a Saúva nem olhar. (VAL, 2007, p. 18).

Das Dores utiliza o corpo como forma de ascensão financeira ao casar-se com Chico, garimpeiro, que ao descobrir minério precioso, alcança uma posição de prestígio financeiro e se tornara cliente assíduo da prostituta. “Ela ia com ele, mas as tardes eram dela. Chico era um bom homem, lhe fazia os gostos, lhe dava conforto, mas era só.” (VAL, 2007, p. 18). Ambos conseguem desvincular o ato sexual do desejo sexual proveniente da paixão, sendo a única exigência do homem que a mulher não atendesse um único cliente e que “distribuisse os cheiros e os carinhos” (VAL, 2007, p.19).

Apesar de conseguir a independência e o direito para exercer sua profissão sem que isso afetasse o relacionamento com o cônjuge, Das Dores não consegue se desvincular das obrigações domésticas típicas do regime patriarcal, havendo a distribuição das tarefas realizadas por ela durante o dia.

[...] prendeu a saia na cintura e fincou as pernas fortes na ribeirinha, desmanchando a trouxa que trazia na cabeça. [...]

Cuidava do seu homem. Pelas manhãs lhe preparava a tapioca a gosto e as noites eram puro deleite. Mas nas tardes calorentas e suadas a Saúva atendia os que tinham mais sorte lá na casa de Sarará. (VAL, 2007, p. 17-18).

Zolin (2005) explica que, ao escrever, as minorias encontraram formas específicas de expressão em relação à sociedade na qual se encontram, sendo a construção de uma subcultura inserida nos limites patriarcais a forma das escritoras brasileiras se inserirem visivelmente no campo literário, a partir das relações sociais nas quais se inserem.

A construção da subcultura patriarcal reflete-se também na utilização da força e da violência como instrumento de imposição de regras e de respeito, como acontece com Chico. O garimpeiro se utiliza de sua força física e rigidez para manter o silêncio acerca dos trabalhos realizados pela mulher.

O homem era graúdo e rápido na faca, disso todo o mundo tinha notícia. Carregava meia dúzia de riscos no cabo da adaga e para cada risco uma alma que ele tinha despachado para o outro mundo. Da sua mulher não queria ouvir palavra, e aí de quem se metesse a besta. Para ele era Das Dores, Saúva ele não conhecia não. (VAL, 2007, p. 19)

Essa violência é mais bem representada na última passagem do conto, quando após apaixonar-se sexualmente por um cliente, Das Dores passa a atender exclusivamente a ele, quebrando o acordo com o marido. Ao desconfiar da mulher, Chico passa a segui-la e investigá-la, acabando por descobrir a traição com um viajante e “de um bote só, saltou de repente, sem aviso e sem medo e cravou a adaga no peito dele.” (VAL, 2007, p.24). Essa passagem representa os valores patriarcais de fidelidade que ainda permeiam as culturas sociais contemporâneas.

Apesar do corpo da mulher ser representado como livre e refletir muitas conquistas adquiridas com o Movimento Feminista, como o direito ao trabalho, o desempenho sexual da personagem ainda é limitado no que diz respeito às suas vontades autônomas; ela não é, em nenhum momento, livre para escolher seu parceiro sexual, uma vez que ele é imposto ora por sua função trabalhista, ora pela obrigação matrimonial, tendo consequência quando foge à regra.

A utilização do corpo com ascensão social também é retratada no conto “Giselle”. Segundo Pierre Bourdieu (2003), o objeto de troca feminino é determinado pela lógica da economia de trocas simbólicas, definida segundo os interesses do homem de afirmar sua virilidade em qualquer circunstância. Para Beauvoir (1970), as técnicas e estruturas econômicas e sociais coletivas identificam seus membros em um mundo idêntico, havendo uma relação constante entre sexualidade e formas sociais, colocando a mulher em um universo de valores no qual suas condutas guiarão sua dimensão de liberdade. A autora explica que “ela tem a escolher entre a afirmação de sua transcendência e sua alienação como objeto; ela não é o brinquedo de impulsos contraditórios, ela inventa soluções entre as quais existe uma hierarquia ética” (p. 70).

[...] entre os dados biológicos só têm importância os que assumem, na ação, um valor concreto; a consciência que a mulher adquire de si mesma não é definida unicamente pela sexualidade. Ela reflete uma situação que depende da estrutura econômica da sociedade, estrutura que traduz o grau de evolução técnica a que chegou a humanidade. (BEAUVOIR, 1970, p. 73).

Em “Giselle”, a sexualidade da personagem principal é representada de forma desvelada, sendo algo natural desde sua infância: “Quando estava pelos seus treze anos, conheceu homem. Foi seu Anésio, o do bar da esquina quem abusou da menina. E ela gostou. Em troca de um guaraná gelado, meia dúzia de balas de goma, ele fazia a festa” (VAL, 2007, p. 35).

Segundo Beauvoir, “a mulher define-se como ser humano em busca de valores no seio de um mundo de valores [...]”(p.72). O desejo por ascensão social faz com que a jovem busque uma nova identidade, se distanciando das raízes interioranas da qual era originária e, assim como em *Das Dores*, a personagem também deixa o nome de batismo, Janete, e passa a ser chamada de Giselle, sofrendo mudanças estéticas e tomando características da mulher capitalista.

[...] trataram de ir fazer uns cuidados no Duda, cabeleireiro da rua, que fez fiado, afinal investimento é investimento. Janete agradou o baitola, prometeu mundos e fundos. Tanto fez que ele resolveu ajudar: banho de óleo, manicura, pedicura, um capricho nos cabelos, uma descoloridinha aqui, uma mecha vermelha ali, e estava pronta. – Uma deusaaaa Com seus salamanques de praxe ele ainda emprestou uns cobres para a compra de umas roupas novas [...] Fez mais. Fez o mais importante: rebatizou Janete de Giselle. (VAL, 2007, p. 35-36).

A figura materna tem papel relevante durante a construção da identidade da personagem: é ela quem orienta Giselle na busca pela ascensão social. Também é ela quem exerce o papel patriarca, escolhendo o pretendente, com posição social de prestígio e idade, obrigando-o a se casar com a filha, culminando no divórcio do homem.

Em linhas gerais, a ideologia patriarcal tem a relação sexual como uma atividade própria das pessoas jovens, das pessoas com boa saúde e fisicamente atraentes. Beauvoir (1970) explica que o homem espera mais do que a satisfação sexual, sendo a mulher o objeto de privilégio que o permite exercer seu papel de dominador.

Neste sentido, a ideologia patriarcal de dominação aparece bem mais refletida no conto “Velas. Por quem?”, no qual não há representação libertária da sexualidade da personagem, mas sim um questionamento sobre os valores e o falso conservadorismo das famílias tradicionais que ocupam posição social de prestígio. A personagem não recebe nomeação e sofre adestramento desde a infância, com o objetivo de servir os patrões em sua totalidade sem questionar, sendo representada como “cria, cachorro fiel” (MEDEIROS, 1997, p. 12) por sua obediência gerada pela violência que regula a opressão e o silenciamento da personagem.

A zoomorfização ou animalização se trata da representação dos seres humanos como animais não racionais. A condição na qual a personagem é submetida é diretamente influenciada pelo contraste entre a sua pobreza, que a faz buscar por condições de sobrevivência mesmo em um ambiente agressivo, e as condições sociais distintas da família à qual servia.

Mas ao ouvir a voz ‘Ó pequena’, desabalada era a tua carreira pelas escadas, era a hora de retirar o urinol de porcelana com a urina da branca senhora que ficou roxa um dia porque te pegou dizendo ‘péra lá que eu vou tirá o mijo da mulhé e te trancou e quase te esmagou na porta para que consertasse a língua. Ó pequena! Terias que dizer ‘fazer o meu serviço, cumprir minha obrigação’ apredeste logo sem compreender.

Fatal foi também isso, aprenderes rápido feito cachorro do sítio, e sair com o rabo entre as pernas repetindo ‘sim, senhora’.(MEDEIROS, 1997, p. 12).

A marginalização da personagem se dá também pelo espaço: o cômodo destinado às horas sozinha também é destinado às práticas de estupro.

Nem tinhas cor definida, nem peitos tinhas, só os carocinhos que doíam e que a cozinheira te ensinou apertar dois caroços de milho e dar pro galo pra que não crescessem tanto. Mas cresceram e logo o doutor e logo o menino, horário estranho, pesada hora, apertavam também, bolonavam, teu corpo ereto, tua cabeça baixa, coração aos pulos. Virou hábito deles, ficou pra costume, nem ousaste compreender, só aprender, Ó pequena! (MEDEIROS, 1997, p.12)

As condições impostas à personagem são bem próximas às condições das escravas durante o colonialismo do Brasil: as mulheres escravas eram consideradas bens móveis,

propriedades dos senhores e por consequência eram submetidas a todos os tipos de abusos. O cenário de trabalho de ambas era a casa dos senhores, e o local de estupro, em sua maioria, era o mesmo destinado ao descanso.

A situação de igualdade entre a personagem e as escravas é ainda melhor observada no fim do conto, quando ela passa a obedecer à filha dos antigos patrões, havendo uma troca hereditária, como se ela fosse herança de posse da família.

Nem cresceste tanto, alargaste sim, pernas rijas, braços fortes e com pouco já morria o doutor, já envelhecia a senhora, já casava a menina e já trocavas de mão e de patrão, pois a menina agora já era a mulher branca e perfumada que também enchia de urina o urinol de porcelana (MEDEIROS, 1997, p. 12).

Ao contrário das representações realizadas nos contos “Das Dores” e “Giselle”, em “Velas. Por quem?” a sexualidade da personagem feminina não é utilizada como meio para a ascensão social, mas sim como forma de evidenciar e assegurar a soberania masculina sobre a mulher. Beauvoir (1970) explica que numa posse autêntica em que a mulher é colocada como o outro, ela é abolida como outro, é condenada e destruída como o outro, o que acarreta a submissão da personagem aos senhores.

Essas representações tornam evidentes que, apesar de o Movimento Feminista ter garantido muitos direitos à mulher, como o voto e a educação, os valores patriarcais continuam operando em uma sociedade capitalista que valoriza a beleza e a juventude, enquanto a mulher continua sendo tratada ora como objeto de desejo, ora como matriz sexual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Movimento Feminista impulsionou diversas mudanças sociais, possibilitando reflexões sobre o papel social da mulher, permitindo que a ela maiores direitos e mais visibilidade no campo das ciências humanas, culminando também em um questionamento das suas representações artísticas, promovidas pelos homens e contestadas pela crítica feminista.

Apesar disso, a visibilidade feminina continua sendo reduzida às representações que de alguma forma refletem os modelos patriarcais absolvidos pela sociedade durante os séculos, que valorizam a jovialidade e a beleza estética da mulher afim de obter satisfação

sexual, uma vez que esses fatores influenciam diretamente o nível de desejo que o homem sente, objetificando a mulher.

O corpo feminino também é visto como um meio de obter ascensão social ou de repressão; as personagens de Vera do Val escolhem seus parceiros conforme a posição e o prestígio enquanto a de Maria Lúcia Medeiros tem sua submissão atestada através de estupro. A imposição da força e da violência também é algo recorrente nas representações ligadas à figura feminina, utilizada como forma de obter respeito por parte de seus utilizadores.

Por fim, observamos que as ideologias patriarcais também são absorvidas pelas figuras femininas; elas ainda se veem obrigadas a realizar os trabalhos domésticos e muitas vezes tomam o papel de regulador dos valores na ausência deste, comprovando que a cultura patriarcal, apesar de ter perdido forças e recebido muitas críticas, continua sendo a dominadora no que diz respeito às relações entre homens e mulheres.

REFERÊNCIAS

BORDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

DUARTE, Constância Lima. **Feminismo e literatura no Brasil**. in <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300010> acesso em: 24 de setembro de 2017.

FIRESTONE, Shulamith. **A dialética do sexo**. Rio de Janeiro: Editorial Labor do Brasil, 1976.

MEDEIROS, Maria Lúcia. **Velas. Por quem?**. Belém: Cejup / Secult, 1997.

VAL, Vera do. **Histórias do Rio Negro**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007.

ZOLIN, Lúcia Osana. Crítica Feminina. In: BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia O. (orgs.) **Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas**. 2 ed. Maringá: Eduem, 2005. p.183-217.

_____. Literatura de autoria feminina. In: BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia O. (orgs.). **Teoria literária**: abordagens históricas e tendências contemporâneas. 2 ed. Maringá: Eduem, 2005. p. 275-283.